

O colóquio da História e a invenção da fonte

The colloquium of History and the Invention of the Source

Eduardo França Paiva

Professor Titular do Departamento de História da UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais
ef.paiva@uol.com.br

Recebido: 16/12/2025

Aprovado: 15/01/2026

Resumo: Em 2013, os organizadores do II Seminário da Oficina de Paleografia da UFMG me convidaram para falar sobre minha experiência com a leitura e transcrição de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX. O presente artigo foi originalmente escrito para ser apresentado nessa ocasião e agora, mais de dez anos depois, ele é finalmente publicado. O eixo central do texto compõe-se da diferenciação entre documento e fonte e dos procedimentos historiográficos para que a metamorfose entre eles ocorra. O diálogo thompsoniano entre o conceito e a evidência é então posto em prática aqui. Para tanto, escolhi reproduzir alguns episódios até anedóticos, mas muito elucidativos, que aconteceram ao longo de minha trajetória de pesquisador, com os quais aprendi muito, inclusive, sobre o que não se deve fazer quando estamos lendo e transcrevendo documentos antigos. Este aprendizado valioso, aqui relatado parcialmente, embasou muitas de minhas aulas do curso de “Paleografia da escravidão”, que ofertei durante anos no Departamento de História da UFMG.

Palavras-chave: Leitura documental; Manuscritos; Historiografia.

Abstract: In 2013, the organizers of the II Paleography Workshop at UFMG invited me to speak about my experience with reading and transcribing handwritten documents from the 18th and 19th centuries. This article was originally written for presentation at that event and now, more than ten years later, it is finally published. The central theme of the text is the differentiation between document and source, and the historiographical procedures for the metamorphosis between them to occur. The Thompsonian dialogue between concept and evidence is then put into practice here. To this end, I have chosen to reproduce some anecdotal, yet very enlightening, episodes that occurred throughout my research career, from which I learned a great deal, including what not to do when reading and transcribing old documents. This valuable learning, partially recounted here, formed the basis for many

of my classes in the "Paleography of Slavery" course, which I taught for years in the History Department at UFMG.

Keywords: Documentary reading; Manuscripts; Historiography

Introdução

O título deste texto foi inspirado no antigo uso que se fazia do termo “colóquio”, como uma forma de diálogo, como o livro *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, publicado em Goa, em 1563. O *Colóquio* foi escrito pelo físico del rei, o português e judeu Garcia de Orta, que partiu para a Índia, com Martin Afonso de Souza, em 1534, permanecendo naquela possessão portuguesa até a morte, ocorrida em 1568. Os colóquios de Orta sobre medicina e sobre plantas medicinais, com descrição de doenças, foram traduzidos para o latim e o espanhol e circularam muito pela Europa, impactando enormemente o conhecimento médico do período. Ao registrar suas experiências e conhecimentos adquiridos na Índia portuguesa, ao compilar saberes e práticas antigos que ele observou *in loco* e ao publicá-los no Ocidente, esse médico transformou plantas em medicamentos e inaugurou um diálogo importantíssimo entre mundos distantes e desconhecidos, entre experiências e culturas muito distintas. Os diálogos resultaram de traduções, no sentido mais amplo do termo, mas foram, também, objeto de tradução, tanto por editores quanto por práticos, boticários e, por extensão, por populares, que passaram a empregar esses conhecimentos híbridos oriundos de experiências que se mundializavam.

No *Colóquio*, Garcia de Orta apresentava os resultados advindos da transformação de folhas e raízes em fontes para seu conhecimento e para seu receituário, como um historiador dos medicamentos e da vida. Ora, é esta, essencialmente, a relação dos historiadores com os testemunhos de tempos passados, com os registros ou documentos produzidos por gente de toda sorte, gravados em um sem número de suportes, de maneira voluntária ou mesmo involuntariamente.

Os velhos registros (e os novos também) podem ou não ser (re)lidos, no sentido mais amplo do termo, pelos historiadores, que, de alguma forma, os escolhem, os elegem. É neste momento, geralmente, que se transformam em fontes para a história escrita *a posteriori*. É a transformação de um registro *per se*, de uma fonte em potencial em uma fonte histórica efetiva, que é lida diferentemente, em tempos e contextos igualmente diferentes. Essas fontes ou o que

elas informam, são, portanto, resultados de suas historicidades, isto é, da historicidade de sua produção e das historicidades de seus usos e releituras ao longo dos tempos.

Então, pode-se afirmar que nem todo documento é fonte, embora toda fonte seja documento: o documento é o registro de qualquer tipo, já a fonte é o documento eleito, escolhido e (re)construído pelo historiador, que lhe dota (ou o destitui) de importância, a partir do diálogo estabelecido entre o conceito e a evidência (THOMPSON, 1981, p. 49). Aqui, a meu ver, está o Colóquio da História, condição *sine qua non* para escrevê-la. Significa dizer, também, que um documento e/ou um *corpus* documental podem ser transformados em fontes, mas, também, podem voltar à categoria de registros “brutos”, cuja “vida” dependerá sempre das respostas que podem oferecer às perguntas dos historiadores e de como seus ruídos podem sensibilizar os ouvidos deles.

Diálogo entre estranhos: o gestual e o documento

Há importantes lições antigas que nos levam a pensar e a repensar nossas práticas contemporâneas. Uma dessas lições nos foi legada por Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral. Involuntariamente, Caminha deixou aos historiadores dos séculos posteriores uma aula magna sobre a alteridade e a consciência da neutralidade inexistente nas relações estabelecidas com o “outro”, com o desconhecido que não falava sua língua, nem compartilha seus códigos culturais.

Os contatos iniciais entre os portugueses e os homens “pardos, maneira d'avermelhados” (CAMINHA, 1974, p. 37), naturais do território encontrado, que seria doravante conquista do rei católico, foi regido por gestos mais ou menos compreensíveis e por expressões sonoras de línguas desconhecidas e incompreensíveis por ambas as partes. Aliás, diferentemente dos espanhóis, que iniciaram o domínio ibérico sobre o Novo Mundo, os portugueses não chamaram de “índios” os nativos encontrados por eles, ao contrário do que se acostumou pensar. Na verdade, o termo não aparece na célebre carta escrita por Caminha. Os portugueses demoraram algumas décadas para empregarem-no como identificador dos naturais da terra, que antes eram também chamados, genericamente, de “gentios”, “negros do gentio da terra”, “negro” e “brasis” (PAIVA, 2015, p. 178-198). Entretanto, facilmente se lê o documento que é considerado a “certidão de nascimento” do Brasil e se impõe à pluma do escrivão uma categoria identitária que nem ele nem outro de seus

companheiros empregaram (pelo menos não se registrou isto). Devo confessar, inclusive, que durante algum tempo eu mesmo incorri neste equívoco de leitura e que só o corriji quando já avançava nos estudos relativos às dinâmicas de mestiçagens (IBIDEM), ocorridos décadas depois de meu primeiro contato com essa carta emblemática. Como aprendizado, ficou a constatação que deve ser inseparável do cotidiano do historiador - não obstante sua obviedade - a consciência de que se pode fácil e perigosamente ler o que não está escrito ou registrado. Isto quase sempre sucede quando voluntária ou involuntariamente impomos ao passado nossa leitura contemporânea, eivada de valores de nosso presente.

Mas, voltemos ao episódio de “achamento” do Brasil pela armada de Cabral, registrado na carta de Caminha, aqui, minha fonte principal.

Dois dias depois de ancorados, mandou Pedro Álvares Cabral que um dos pilotos fosse ao encontro dos nativos na praia. A tarefa foi realizada e resultou na condução voluntária de dois dos nativos à presença do capitão-mor Cabral, que os recebeu no navio, “asentado em huña cadeira E huña alcatifa aos pees por estrado E bem vestido com huum colar d ouro muy grande ao pescoço” (IBIDEM, 2015, p. 92). Então, os dois homens

entraram E nom fizeram nhuña mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem a njmguem. pero huum deles pos olho no colar do capitam E começou d açenar com a mão pera a terra E despois par o colar como que nos dizia que avia em terra ouro E também vio huum castical de prata E asy meesmo acenaua pera a tera E entam pera o castical como que avia tambem prata. mostran lhes huum papagayo pardo que aquy o capitam traz. tomaram no logo na mão E acenaram pera a terra como que os avia hy. mostraran lhes huum carneiro. nom fizeram dele mençam. mostraran lhes huña galinha. casy aviam medo dela nom lhe queriam poer a mão E despois a tomaram coma espamtados (PAIVA, 2015, p. 92).

Seguiu-se o encontro e foram oferecidas comida e bebida aos convidados, que não parecem tê-las apreciado. Depois disso, narra Caminha, um deles viu

huñas contas de Rosairo(sic), brancas açenou que lhas desem E folgou muito com elas E lançou as ao pescoço E despois tirou as E embrulhou as no braço E acenaua pera a terra E entam pera as contas E pera o colar do capitam como que dariam ouro por aquilo. JSTO TOMAUAMO NOS ASY POLO DESEJARMOS mas se ele queria dizer que leuaria as contas E mais o colar. JSTO NOM QUERJAMO NOS EMTENDER PORQUE LHO NOM AVIAMOS DE DAR E despois tornou as contas a quem lhas deu E entam estiraran se asy de costas na alcatifa a dormir sem teêr nhuña maneira de cobrirem suas vergonhas as quaaes nom heram fanadas E as cabeleiras delas bem Rapadas E feitas (PAIVA, 2015, p. 93, grifo meu).

Fica bem claro (ver as partes destacadas do trecho) que o escrivão Caminha sabia que as circunstâncias e os desejos induziam a compreensões nem sempre corretas e precisas, principalmente porque as partes que se comunicavam não falavam a mesma língua e não dominavam a mesma linguagem, no caso, a gestual. Assim, atualizando a escrita antiga, sublinhou o famoso escrivão: “Isto tomávamos nós assim por o desejarmos” e, em seguida, “Isto não queríamos nós entender porque lho não havíamos de dar”.

Ora, trata-se de experiência muito similar à do historiador diante de registros produzidos por agentes históricos do passado. Essas gentes viveram e “traduziram” um passado mais ou menos recuado, que, por vezes, está muito distanciado dos padrões, valores, significados e sentimentos característicos do tempo em que o preparado e privilegiado leitor - o historiador - vive e domina. Justamente por isto, diante da facilidade e da frequência desta operação cognitiva, seja no passado, seja no presente, historiadores podem acabar lendo o registro da forma como melhor lhe convém encontrar a informação e interpretá-la, como asseverava Caminha. Sublinhe-se, obviamente, que essas leituras anacrônicas nem sempre são produzidas arbitrariamente pelos historiadores, assim como por outros observadores no geral. Longe disto, na maior parte das vezes, as interpretações anacrônicas resultam de escolhas e de critérios ocultos, imperceptíveis, involuntários e, até mesmo, profundamente introjetados e associados fortemente às formas de ler e de interpretar o mundo coevo. A consciência da possibilidade real de se produzir conhecimento histórico a partir desta operação de “irrealidade” aumenta, claro, a responsabilidade do historiador. Ele deve evitar ao máximo (não obstante a impossibilidade de impedi-lo completamente) transformar o campo específico de conhecimento que chamamos de História em campo fértil para os anacronismos. Para tanto, o melhor dos antídotos costuma ser o respeito às historicidades do ocorrido e dos agentes históricos envolvidos na ação e nas narrativas produzidas sobre elas ao longo dos tempos.

Os documentos na prática, aprendendo com os próprios erros e a complexidade dos colóquios: relatos de experiências

Durante uma tarde de trabalho, de leitura e de transcrição de documentos do século XVIII, no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, um grupo de jovens aprendizes de historiador, que sonhavam com seu futuro profissional bem construído, “achou” algo inusitado e surpreendente num daqueles velhos papéis. “Descobrimos” naquele dia memorável que existira “hũa cabra mística” nas Minas Gerais do século XVIII, região cuja história tínhamos começado a estudar. Grande achado! Nenhum outro historiador tinha se deparado com aquela ocorrência ou com caso similar nem teria vislumbrado temática tão promissora naqueles anos 1980, durante os quais a até então ilustre desconhecida história das mentalidades chegara avassaladoramente nas universidades brasileiras, desejosas de modernização.

Imagem 1: O Retábulo de Gante (também nomeado Adoração do Cordeiro Sagrado ou o Cordeiro de Deus). Políptico, primeira metade do século XV.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo_de_Gante#/media/Ficheiro%3ALam_gods_open.jpg

Acessado em: 12/11/2025

Imagem 2: Detalhe O Retábulo de Gante (também nomeado Adoração do Cordeiro Sagrado ou o Cordeiro de Deus). Políptico, primeira metade do século XV.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo_de_Gante#/media/Ficheiro%3ALam_gods_open.jpg

Acessado em: 12/11/2025

Imagem 3: Detalhe O Retábulo de Gante (também nomeado Adoração do Cordeiro Sagrado ou o Cordeiro de Deus). Políptico, primeira metade do século XV.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo_de_Gante#/media/Ficheiro%3ALam_gods_open.jpg

Acessado em: 12/11/2025

Assim, a antiquíssima adoração do cordeiro místico (ou sagrado) nos parecia ter ancorado no centro da América portuguesa, no dourado Setecentos mineiro. Tudo se conjugava: a longa duração, pressuposto das mentalidades, o ineditismo e a extravagância do tema, a prova documental, a potencialidade historiográfica e o desejo de, já naquele estágio, produzir uma história impactante e inovadora. E, naquela tarde, nós acreditamos piamente nessa conjunção de variáveis favoráveis à realização de nosso devaneio historiográfico. Afinal, não havia dúvidas, pois a “prova” documental nos credenciava e qualificava nossas primeiras versões, elaboradas no calor da “descoberta” e apuradas ao longo daquela tarde.

Todo o ímpeto dos pretensos ineditismo e inovação ancorava-se naquela clara e reveladora frase transcrita! E, assim, não percebíamos a miríade de equívocos que havíamos produzido. Tínhamos absoluta certeza de nossa leitura correta e de nossa transcrição perfeita. Com isto, nos agarramos à “prova” e à “verdade” do documento, recorrendo a procedimentos muito antigos, que nós mesmos criticávamos quando discutíamos teoria e metodologia da História em sala de aula. E não nos dávamos conta de que aplicávamos na pesquisa exatamente o que tínhamos aprendido a repudiar a partir das leituras indicadas por nossos mestres, principalmente as que insistiam na importância das críticas interna e externa na lide do historiador.

O achado promissor nos cegava. Mas, a experiência e o bom senso historiográficos logo se imporiam à invenção fabulosa surgida do irrestrito e do ilimitado próprios da juventude. Ao tomar conhecimento da extraordinária descoberta, uma das coordenadoras do projeto logo desconfiou de tudo aquilo e pediu para ver o documento, o qual passou a ler atentamente.¹ Sua reação, obviamente, misturou apreensão (nossa função ali era ler, identificar e descrever uma volumosa documentação não organizada da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais e do Senado da Câmara de Vila Rica, desconhecida dos pesquisadores) e divertimento, pois a situação inspirava ambas as dimensões.

Finalmente, a partir da leitura experimentada e realmente credenciada, a cabra mística, o nosso equivalente mineiro ao cordeiro místico ou cordeiro de Deus, voltou a ser o que sempre

¹ Depois de tantos anos, já não tenho certeza sobre quem foi a pessoa que nos alertou sobre a leitura equivocada que havíamos realizado. Integravam a equipe de coordenação os professores Lucy Gonçalves Fontes, Beatriz Ricardina de Magalhães, Valmiki Vilela Guimarães, Douglas Cole Libby e Carlos Magno Guimarães, todos da Universidade Federal de Minas Gerais, além de Marta Eloísa Melgaço Neves, pelo Arquivo Público Mineiro.

tinha sido, não obstante nossa leitura intrépida. Embora nossa transcrição fosse literalmente correta, faltava um sinal gráfico, o cedilha, na última palavra, que, também, tivera uma letra trocada: o “e” pelo “i”! O significado, claro, era outro, bastante diferente. Tratava-se de uma menção a “uma cabra mestiça”, isto é, a uma mulher “cabra” (categoria que identificava pessoas nascidas do cruzamento biológico entre índios e negros, salvo variações históricas) “mestiça” (outra categoria que, salvo variações, identificava os nascidos de cruzamentos ocorridos entre índias e portugueses ou seus descendentes brancos) (PAIVA, 2015; AMANTINO, 2016, 83-97; FORBES, 1988). A expressão era pouco usual, uma vez que “cabra” já indicava a mistura. Entretanto, diante de uma possível dúvida de classificação mais rigorosa e assertiva, possivelmente optou-se por sublinhar a mescla que se revelava em visíveis traços indígenas, negros e brancos.

A primeira lição tinha sido apreendida. Para além da transcrição perfeita e literal é necessário a um historiador sempre se perguntar sobre outros sentidos dados no passado e, também, pelo olhar e pelo tempo dele próprio. E mais, é mister considerar o contexto histórico no qual termos e conceitos foram empregados, assim como as definições que no passado foram produzidas e empregadas. Hoje, poderíamos falar facilmente em respeitar as historicidades do ocorrido, bem como das palavras, mas este não era um conceito operacional nos anos 1980. Não obstante, na essência, ficaram claros os procedimentos básicos necessários ao trabalho cotidiano e diuturno do historiador. Na verdade, faltou na época, aprender algo igualmente fundamental e que ecoa aqui: ninguém se preocupou em anotar a localização (mesmo que provisória, como era o caso) do documento e por este motivo não há uma nota de pé de página com as indicações pertinentes, o que, infelizmente, se repetirá adiante.

Em outra ocasião, o mesmo grupo de jovens aprendizes, eu incluído, foi mais prudente diante de novo desafio paleográfico. Um documento de leitura razoavelmente fácil trazia uma palavra que conseguíamos ler e transcrever sem qualquer dúvida, mas que não tinha sentido e nem existia em dicionários antigos. Nem o contexto no qual ela aparecia nos ajudava a “decifrá-la”! O termo era “curetivador”, também grafado no plural em algumas passagens. Durante alguns dias, a tarefa de descobrir qual era aquela palavra e o seu significado mobilizou toda a equipe de estagiários e de professores coordenadores... e nada!

Como de costume, quando já estávamos cansados e ao ponto de desistirmos da tarefa, um *insight* ocorreu a algum de nós e finalmente conseguimos ter certeza sobre o que ali estava escrito

e sobre seu significado. O escrivão setecentista grafara da mesma forma que ele pronunciava ou, talvez, da mesma forma que escutara de algum envolvido no caso. Ele trocara o “l” de “cultivador” pelo “re”, a representação escrita do fonema do “r” prolongado e vibrante, pronunciado com a ponta da língua elevada (pronúncia retroflexa), e não do “r” saído da garganta, chamado de “r” forte. Em outros termos, mais modernos, chamariamos aquele “r” de caipiral!

Muito possivelmente, o documento trazia mais que uma palavra grafada à moda do escrivão. O que tínhamos diante de nós era certamente um registro histórico importantíssimo, que nos informava sobre um modo de falar próprio de um grupo, de um tempo e de uma região. Um pequeno testemunho de como maneiras de falar foram se constituindo e se espalhando ao longo dos séculos XVII e XVIII, integrando o que se chama hoje de “dialeto caipira”, com associações ao que se chamou de língua geral paulista, falados nesse período em extensa região do centro do Brasil (RIBEIRO, 2017, p. 39-42). Ademais, o caso nos informava sobre como os documentos oficiais passavam a ceder espaços aos falares populares, o que podia estar associado à ascensão de homens mestiçados, que sabiam ler e escrever e que trabalhavam como escrivães (PAIVA, 2006, p. 481-493).

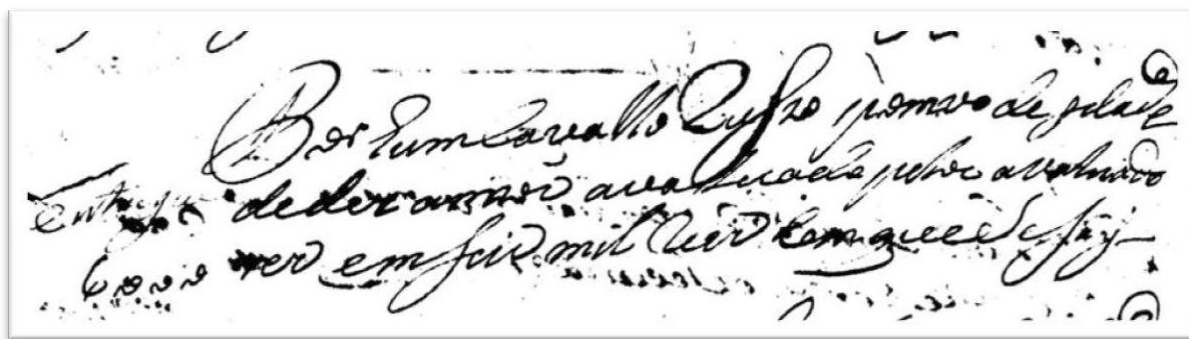
Desde hoje, vendo o episódio, percebo que ele me obrigou, já naquela época, sem que eu entendesse isto muito claramente, em termos metodológicos, a considerar a importância de se realizar transcrições literais, evitando-se os perigos e prejuízos oriundos das atualizações. Anos mais tarde, escutando atentamente mais uma aula magistral das que ministrava Roger Chartier em seu seminário semanal na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), Paris, o caso do “curetivador” voltaria forte aos meus pensamentos, selando minha escolha pelas transcrições *ipsis litteris*. Naquela manhã, Chartier falou duas horas sobre um tema aparentemente árido. Entretanto, sob sua reflexão, da secura eclodiu um caudaloso manancial de lições e de inspirações. Ele falou sobre as letras maiúsculas no meio de palavras e no meio das frases nos originais de Shakespeare e sobre como os sentidos atribuídos inicialmente pelo autor foram sendo alterados pelas atualizações e padronizações gramaticais realizadas *a posteriori* pelos editores. Ao final dessa sessão, em 1997, a importância do episódio do “curetivador”, ocorrido dez anos antes, ganhava muito mais sentido e consolidava meu compromisso metodológico de garantir ao meu leitor o registro literal a partir do qual elaborei análises e argumentos historiográficos.

A troca de letras foi algo que ocorreu frequentemente na escrita dos documentos,

reproduzindo-se em muitos casos o uso corrente das falas locais, que por sua vez resultavam de longas e imbricadas histórias culturais. Não obstante serem produtos dessas riquíssimas histórias e de serem registros esclarecedores delas, essas trocas, muitas vezes, dificultam e até mesmo inviabilizam as leitura e transcrição corretas. Vivenciei esta situação em meados dos anos 1990, quando ofertava uma disciplina de “Leitura documental” no curso de História das Faculdades Integradas Newton Paiva, em Belo Horizonte.

Entre os documentos do século XVIII que eu havia escolhido para serem transcritos pelos alunos, incluía-se o inventário *post-mortem* de Feliz Rodriguez Nevez, um homem solteiro, natural do Rio de Janeiro, que morava em sua fazenda, chamada “Cachoeira Ribeira de Orecuja [Urucuia] deztrito de Sam Romam Comarca do Ryo daz Velhaz”², no norte da então capitania de Minas Gerais, onde faleceu, em 1750. Entre os muitos bens deixados por ele e inventariados pelos “Sub Provedor e thezoureiro daz Fazendas dos Defuntos e Alzentez Cappellaz e Reziduoz (...) eu Excrivam de seu cargo ao diante nomiado tambem me achava a Valiadorez e Meirinhos (...)”³, foram indicados alguns cavalos. Um desses animais foi assim descrito e avaliado: “Por hum cavallo Russo pomvo de Idade de dez annos avaliado pelos avaluadorez em seis mil Reis com que Se say”⁴.

Imagem 4 – Trecho do inventário post-mortem - 1750



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Seção de Governo. Caixa 42, documento nº 35. Inventário *post-mortem* de Feliz Rodriguez Nevez. São Romão – 28/09/1750.

² Arquivo Público Mineiro/Secretaria de Governo-APM/SG – caixa 42, nº 35, São Romão – 28/09/1750, f. 1. [Novo fundo: Avulsos da Capitania de Minas Gerais].

³ Arquivo Público Mineiro/Secretaria de Governo-APM/SG – caixa 42, nº 35, São Romão – 28/09/1750, f. 1. [Novo fundo: Avulsos da Capitania de Minas Gerais].

⁴ Arquivo Público Mineiro/Secretaria de Governo-APM/SG – caixa 42, nº 35, São Romão – 28/09/1750, f. 4. [Novo fundo: Avulsos da Capitania de Minas Gerais].

O cavalo fora descrito como “russo pomvo”, como se lê claramente no trecho reproduzido acima. Embora eu não tivesse dúvidas com relação à grafia original do termo “pomvo”, não conseguia compreender o significado, pois o termo não existia nos dicionários antigos, mesmo que se procurasse “ponvo”, nem aparecia em outros documentos semelhantes. Assim, essa palavra seguia sendo um desafio para mim, depois de várias leituras e de esforços de compreensão. Ainda que eu tivesse plena consciência da frequente e histórica troca do “b” pelo “v” na fala popular do século XX, a qual escutara incontáveis vezes (por exemplo, “trabesseiro”, “vasculante”, “biolão”), pelo caráter incomum da palavra e da grafia dela não cheguei a considerar a possibilidade nas vezes que li o registro setecentista.

O problema foi solucionado quando, naquela aula, ao transcrever o documento, um aluno, Luís Neves, oriundo de uma pequena e antiga cidade mineira, me disse, ao perceber minha hesitação em conferir significado à expressão, que se tratava de um cavalo pombo. Ele sabia disto, porque na cidade onde nascera e vivera boa parte de sua vida, os cavalos brancos, cujas bordas das pálpebras, avermelhadas, ficavam mais evidentes, assim eram designados. Novamente, o conhecimento das práticas cotidianas antigas, que continuavam a ser empregadas no dia a dia das pequenas comunidades do interior de Minas Gerais, foi essencial para que o enigma fosse decifrado! Este conhecimento, “guardado” na longa duração, foi a “chave” para a compreensão de um documento, de um contexto e, principalmente, de um termo grafado exatamente como era pronunciado pelo escrivão.

O leitor iniciante de documentos antigos também pode incorrer em erros comprometedores a partir da compreensão enviesada provocada pela “decifração” automática, baseada em nossa grafia atual. Isso também me atingiu, quando um jovem estagiário transcreveu “livras” por “livros” e me induziu a concluir que os “livros” do espólio de um português tivessem sido herdados por seus vários filhos naturais pardos e mulatos, todos iletrados. A análise poderia ter se aprofundado se eu não tivesse desconfiado da transcrição e decidido verificar os originais. Assim, pude constatar que no lugar dos tais “livros”, o que se indicava eram objetos em metal, que no conjunto tinham (isto é, pesavam) um número específico de “livras”, isto é, libras, um antigo sistema de pesos usado em Portugal e no Brasil. Novamente, a troca do “b” pelo “v”, associada ao automatismo da leitura atual e à falta de experiência, quase resultaram em uma análise

equivocada, que geraria uma situação histórica rara e falsa, embora não fosse impossível: o acesso a livros impressos por parte de mestiçados iletrados, nascidos livres.

Ainda que ancorados em experiência particular, os casos aqui apresentados podem servir de alerta aos iniciantes, assim como podem subsidiar reflexões e discussões sobre a metodologia da pesquisa histórica. O produzir historiográfico está, afinal, diretamente relacionado à maneira como lidamos com percalços e episódios como os aqui apresentados. Situações similares a estas sempre ocorrem e, então, acabam integrando o processo de formação dos historiadores. O desafio em relação a elas é transformá-las em experiências proveitosas, que nos levem ao amadurecimento intelectual e profissional.

Conclusão

O trato dispensado pelo historiador ao documento, transformando-os em suas fontes, é dimensão essencial de seu trabalho e é campo de aprendizado contínuo, sem previsão de término. É também, procedimento prazeroso para a maioria de nós. Não obstante, nisto, que pode ser pensado como um caminho longo e essencial, há muitas armadilhas postas, permanentemente, por nossas inexperiência e incúria, nossos desejos e idealizações, nossa imprudência, nossa pressa, por nosso ímpeto anacrônico de explicação do “outro”. Muitas vezes, este caminho se torna um campo de trabalho ou um território enganador – menos por sua natureza e por sua realidade expressa e mais por nossa mirada sobre ele, obviamente.

Ao desafio de enfrentar as vicissitudes do produzir historiográfico coloca-se como esteio profícuo a metodologia, ou melhor, o uso eficaz e competente dela. É preciso, portanto, o domínio metodológico e conceitual para se escrever uma boa História. Sem isto, o cordeiro místico já tinha se transformado em tradição mineira e o “curetivador”, o “pomvo” e as “livras” não teriam se transformado em aprendizados nem estariam inspirando este texto. Cabe aqui evocar uma das mais importantes lições oferecidas pelas contemporâneas e inovadoras História Cultural e História do Livro e da Leitura: trata-se da premência de se considerar sempre as historicidades do ocorrido ou do pretensamente ocorrido, de seus registros e de suas leituras e interpretações ao longo do tempo. Pensar os códigos linguísticos antigos, buscar seus significados e empregos coetâneos, empenhar-se em compreender como as pessoas no passado entenderam esses termos, palavras e expressões, como os definiram e como os empregaram é uma das maneiras de se respeitar as

historicidades mencionadas e de não se cometer anacronismos toscos e evitáveis.

Nesse campo de embates temporais, temáticos, conceituais e metodológicos é que se estabelecem os diálogos ou os colóquios da História. Nele enraizados, os historiadores devem perguntar às suas fontes e escutar as respostas de seus interlocutores, com todo o respeito devido, porque eles devem continuar sendo protagonistas de suas vidas e das realidades históricas que ajudaram a construir, ainda que o presente do historiador seja o que baliza essas conversas.

Fonte Impressa

ORTA, Garcia de. **Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia e assi de algumas frutas achadas nella: (Varias cultivadas hoje no Brasil)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872 [1563].

Referências Bibliográficas

AMANTINO, Marcia. **Cabras**. In: PAIVA, Eduardo França, CHAVES, Manuel F. Fernández e GARCÍA, Rafael M. Pérez. (org.) *Do que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 83-97, 2016.

CAMINHA, Pêro Vaz de. **Carta a el-rei d. Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de maio de 1500)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

FORBES, Jack D. **Black Africans & Native Americans. Color, Race and Caste in the Evolution of Red-Black Peoples**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1988.

NOLL, Volker e DIETRICH, Wolf. (orgs.) **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa**. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, Nação e Edição - o lugar dos impressos na construção da vida política - Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, p. 481-496, 2006.

RIBEIRO, Gisele Aparecida; PINATI, Carolina Taciana; FONSECA, Rosânia Aparecida de Souza; SANTOS, Marcelo. **Dialeto caipira x dialeto rural mineiro: um estudo comparativo**. *Ciência et Praxis, UEMG*, n. 19, v. 10, p. 39-42, 2017.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. (trad.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.